



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

510 anos da descoberta da Ilha de São Francisco e do Rio da Prata por Juan Dias de Solis. 490 anos do início do 2º Ciclo econômico no Brasil, o do Açúcar. 480 anos da fundação de Santos, por Brás Cubas. 460 anos da fundação de São Sebastião do Rio de Janeiro. 410 anos da expulsão dos franceses do MA pelos luso-brasileiros. 400 anos da chegada a Salvador da esquadra de Dom Fadrique de Toledo Osório (Jornada dos Vassalos) e expulsão dos holandeses. 390 anos da perda do Arraial do Bom Jesus para os holandeses. Prisão de Domingos Fernandes Calabar e execução pelo Conselho de Guerra em Porto Calvo, acusado de alta traição em favor dos holandeses. 380 anos do início da Insurreição Pernambucana contra os holandeses e do Compromisso Imortal. Elevação do Brasil a Principado. 330 anos do início do Ciclo do Ouro. Morte de Zumbi dos Palmares. Destruição do quilombo de Palmares. 310 anos do II Tratado de Utrecht e devolução da Colônia do Sacramento a Portugal. 290 anos da Guerra Luso-Espanhola (até 1737) e da assunção do governo do Rio de Janeiro pelo Brigadeiro José da Silva Pais. 270 anos da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e criação da Capitania do Rio Negro. 260 anos do início da Derrama em Minas Gerais. 210 anos da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. 200 anos do reconhecimento da independência do Brasil por Portugal. Início da Guerra da Cisplatina. Nascimento de Dom Pedro II. 190 anos do início da Revolução Farroupilha. 180 anos do fim da Guerra dos Farrapos. 160 anos da Tomada de Corumbá pelo Paraguai. Declaração de guerra do Paraguai à Argentina e invasão de Corrientes. Tratado da Tríplice Aliança. Fim da Questão Christie. 150 anos do Regulamento Disciplinar do Exército. 130 anos do fim da Revolta Federalista no RS. 90 anos da Lei de Segurança Nacional e da vitória contra a Intentona Comunista. 80 anos das grandes conquistas da FEB na Itália e fim da 2ª GM. 70 anos da crise institucional de 1955. 60 anos do AI2. 30 anos da UNAVEM.

2025

Setembro

Nº 488

EXALTAÇÃO À PÁTRIA BRASILEIRA

Manoel Soriano Neto ()*

Para bem exaltarmos a Independência da Pátria, ocorrida em 7 de setembro de 1822, mister se faz, preliminarmente, que façamos uma histórica e longa visada-à-ré, a fim de bem entendê-la. Dizia Cícero que “a História é a mestra da vida”, pois ela é a senhora dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da antiguidade. E a História para ser de utilidade ao Homem e ter sempre por escopo a verdade e a justiça, deve assentar-se em duas condicionantes: o seu registro e a sua veracidade; sem registros, ela se perde, além também de ser passível de deformação, pelo que o historiador não pode ser levado por caprichos, simpatias ou antipatias: ele deve primar pela neutralidade, ser isento, amoral (no sentido sociológico do termo), imparcial, enfim.

Em 22 de abril de 1500, este país-continente foi descoberto, mercê da audácia, coragem e determinação do indomável português, quando a frota de Pedro Álvares Cabral aportou na Bahia, “achando” a nova terra. Naquele ano final do século XV (e não XVI, como é correntio dizer-se), acentuava-se de forma exacerbada, o sentimento de religiosidade. As tradições do Condado Portucalense,

berço da nacionalidade lusa, remontam aos monges-soldados das Ordens Militares, que lutaram junto à Cruzadas, contra os mouros invasores da Península Ibérica, e profanadores de locais sacrosantos, como o Templo de Salomão, razão pela qual foi criada a esotérica Ordem dos Cavaleiros Templários, extinta pelo Papa, em 1319.

Para substituir a Ordem dos Templários, o rei Dom Diniz instituiu a Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo. O Infante Dom Henrique, “o Navegador”, era o grão-mestre dessa Ordem e, ao fundar a Escola de Sagres, no início do século XV, convocou os melhores Cavaleiros da Entidade para as grandes navegações marítimas.

“Navegar é preciso, viver não é preciso!”. Era o apelo, digamos, propagandístico, da famosa Escola, com vistas ao recrutamento e à formação dos melhores argonautas. Tal marketing, na realidade, queria dizer que a navegação era segura e precisa, de precisão matemática, em face do desenvolvimento do que hoje chamamos de ciência e tecnologia e que Portugal vinha muito bem dispendo, tudo ao contrário do que ocorria na incerta existência humana. Não se referia ao desprezo pela vida, a qual, então, passaria a ser secundária à arte de navegar; não era o “maktub” (“estava escrito”) árabe, tão combatido por eles, fervorosos católicos, mas uma motivação científica (os portugueses detinham a mais avançada tecnologia de navegação do mundo) para o ato de singradura pelo desconhecido Mar-Oceano.

Fernando Pessoa, posteriormente, deu um sentido poético e fatalista ao slogan, o qual passou a ser mal compreendido até hoje.

Pelo sentimento forte de religiosidade, as naus e caravelas de Portugal, que zarpavam para mares nunca dantes navegados, conduziam em suas brancas velas, com reverência e orgulho, a Cruz da Ordem de Cristo, estampada em vermelho vivo, cor original da Corporação, cuja finalidade eram “a expansão do Império e a propagação da fé, até lá bem donde nasce o sol” (diga-se, por ilustração, que a bandeira da Ordem de Cristo foi, até meados do século XVII, a da terra recém descoberta, o nosso amado Brasil) e, “se mais terras houvera, lá chegara” o intrépido lusitano, sob o lema do “enverga mas não quebra!”.

O Brasil foi, portanto, descoberto, melhor dizer-se, “achado”, em decorrência de um ousado empreendimento religioso-militar. Destarte, o país nasceu sob a proteção da Cruz e da Espada, tanto que o motivo do sermão da Primeira Missa foi o do sinal da cruz, razão por que o Almirante Pedro Álvares Cabral determinou que se substituisse por uma cruz de madeira, o conhecido padrão de posse, com as Armas de Portugal, ato bem caracterizado em consagrada aquarela, de Pedro Peres, de título “A Elevação da Cruz”, constante do acervo do Museu de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

As glórias desses fastos de nossa bela gesta se devem a Pedro Álvares Cabral e aos seus argonautas, os monges-soldados, mas, fundamentalmente, à galhardia portuguesa que pode tão bem ser evidenciada, na determinação para a construção do monumental Forte Príncipe da Beira, por Dom Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, governador e Capitão-general da Capitania de Mato Grosso, em 1776, que assim ordenou:

“A soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um Forte e isso é obra e serviço dos homens de El-Rei nosso Senhor e, como tal, por mais duro, por mais difícil e por mais trabalhoso que isso se dê, é serviço de Portugal. E tem que se cumprir!”.

Para ainda melhor entendermos a nossa Independência, urge que remontemos ao ano de 1808, quando a Corte portuguesa se transmigrou para o Brasil. Passados pouco mais de duzentos anos a interpretação do fato se torna muito mais fácil. Quando Napoleão Bonaparte decretou o bloqueio

continental contra os interesses britânicos, Portugal, aliado da Inglaterra, não dispunha de meios suficientes para enfrentar o poderio bélico francês. Dom João seria feito prisioneiro pelas tropas franco-espanholas, como ocorrera com o seu cunhado, Fernando VII, da Espanha, e perderia o Trono. Então, para preservar a Coroa, a dinastia dos Bragança e o próprio reino português, o Príncipe Regente decidiu não se submeter à invasão do general Junot, embarcando para o Brasil, a sua principal Colônia.

O Oceano Atlântico, dominado pela Marinha inglesa, seria a natural proteção da Corte em terras brasileiras. Os portugueses permaneceriam resistindo junto com o Exército inglês, até à retirada dos invasores. Napoleão diria, ao depois, que fora enganado por Dom João. Portanto, a transmigração da Corte lusitana afigura-se, na visão histórica hodierna, como uma alternativa bastante lógica para a sobrevivência do pequeno Portugal. Ademais, tal alternativa, longe de ter sido uma fuga covarde, como se apregoa, alhures, foi preparada com muita antecedência, sem improvisação. Grandes vultos da História lusa, como o Marquês de Pombal e o Conde de Linhares, a haviam aconselhado (acrescente-se que ela foi vaticinada pelo notável Padre Antônio Vieira), caso Portugal, um país de pequena dimensão, pouco populoso e de reduzido poder militar, fosse ameaçado em sua integridade territorial.

Lorde Strangford, à época embaixador inglês em Portugal, nos dá conta de um acordo secreto, celebrado com a Inglaterra, que previa a fundação de um grande Reino no Brasil, com a anexação da Cisplatina (consigne-se que tal viria a ocorrer, além da invasão da Guiana Francesa).

Convém lembrar, finalmente, que uma transladação do porte da ocorrida, não se faz de afogadilho. Aproximadamente 15.000 pessoas embarcaram em 36 naus e fragatas, com valiosíssimo acervo, preciosos bens públicos e privados, suprimentos de toda ordem, etc. Não houve, pois, uma infame deserção e, sim, uma magistral manobra geopolítica muito bem urdida.

Relembremos dos principais atos régios na esfera da administração civil e na área militar praticados por Dom João, que viria a ser, como Dom João VI, a augusta figura do 27º Rei de Portugal. Foram eles:

- a abertura dos portos brasileiros às nações amigas;
- a elevação da Colônia - um Vice-Reinado - a "Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves";
- a implantação da Imprensa Régia;
- a criação do Conselho de Estado, do Banco do Brasil, da Casa da Moeda, da Biblioteca Real, do Museu Real, do Horto Florestal, do Jardim Botânico, etc;
- a fundação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, depois Academia de Belas Artes, e da Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil;
- a criação de duas Escolas de Medicina, no RJ e na BA;
- a contratação de uma Missão Cultural Francesa e de outras de menor porte, de cunho científico e artístico integradas por nomes consagrados internacionalmente, como Von Spix, Von Martius, Langsdorf, Lebreton, Montigny, Debret, Rugendas, Saint Hilaire e outros;
- o início das atividades das indústrias naval (em especial para fins militares), no RJ e BA, e siderúrgica em MG e SP;
- a vinda da Divisão de Voluntários Reais, uma tropa de elite do Exército Português;
- a criação dos ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Guerra;
- a instalação da Academia de Marinha e a criação da Academia Real Militar;
- a criação das Fábricas de Pólvora e de Armas;
- a criação dos arsenais de Guerra e da Marinha;
- a padronização de uniformes, armamento e equipamentos para todas as tropas do País, e a criação de diversas Organizações Militares nas Capitanias;
- a extinção das tropas de 3ª linha - as "ordenanças" - e a reestruturação e reaparelhamento das de 1ª e 2ª linhas.

Gostaríamos, agora, de registrar as proféticas declarações geoestratégicas de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, primeiro ministro da Guerra de Dom João, e Precursor da Geopolítica brasileira:

- Citação:

“O Brasil é sem dúvida, a primeira possessão de quantas os europeus estabeleceram fora de seu continente, não pelo que há, atualmente, mas pelo que pode ser no futuro. A feliz posição do Brasil dá a seus possuidores uma tal superioridade de forças, pelo aumento da povoação que se alimenta dos seus produtos e facilidade do comércio, que, sem grandes erros políticos, jamais os vizinhos do Norte e do Sul lhes poderão ser fatais”.

– Fim da Citação.

Impende lembrar que a permanência joanina, de doze anos no Brasil, redundou no que Sílvio Romero cognominou de a “Reversão Brasileira”, ou seja, com a vinda da Corte e, além disso, do Estado português para o Brasil, a Metrópole passou a ser “Colônia da Colônia”.

O período joanino, outrossim, nos legou a fantástica unidade territorial e linguística e a consolidação da nacionalidade brasileira. Não apenas por isso, Dom João é tido, com justa razão, como o “Consolidador da Unidade Nacional” e não o personagem grotesco como “malditos sejam” o retratam.

Ele possuía uma mente assaz lúcida e, o principal, era senhor de excepcional visão prospectiva, digna dos melhores estadistas. O Príncipe amava o Brasil e sabia, com coragem e determinação, tomar sérias decisões. E lembremos de que a nossa nacionalidade, consolidada por Dom João VI, é de extração essencialmente lusitana; ela provém do vetusto Portugal, um dos Estados mais antigos da Europa, de historial multissecular; ela provém de Viriato, da velha Lusitânia; de Dom Afonso Henriques, o Fundador da Monarquia portuguesa; do Condestável Dom Nuno Álvares Pereira (hoje, São Nuno Álvares Pereira, o herói da batalha de Aljubarrota); do Infante Dom Henrique, o “Navegador”, e de sua Escola de Sagres; do Almirante Pedro Álvares Cabral e de seus monges-soldados; ela provém das glórias pretéritas do Exército Português que ostenta e se ufana do seguinte apotegma:

“Somos o Exército daqueles em quem poder não teve a morte, que por vencidos jamais se conheceram e cuja fama se perde distante no silêncio de tempos remotos”;

ela provém do poeta-soldado Luiz Vaz de Camões e de tantos outros insígnies personagens históricos como, repita-se, Dom João VI, que muito bem souberam cumprir Portugal. A nacionalidade brasileira não provém das tabas indígenas nem das cubatas africanas ou tampouco de outras etnias que, inegavelmente, também muito contribuíram para tal. Somos uma raça cósmica, mistura de todas as raças, sem predomínio de nenhuma delas, fruto do luso-tropicalismo, na afirmação do saudoso Gilberto Freyre que, acrescente-se como corolário, soube enaltecer como ninguém, o altivo, glorioso e invicto Exército de Caxias, o qual, em seu dizer,

“é a mais lídima e representativa das Instituições nacionais: o verdadeiro índice do povo brasileiro”.

É disso que devemos nos recordar com ufania, sendo certo que Dom João, um dos pró-homens de nossa História, pavimentou o caminho para que seu filho, o Príncipe Dom Pedro, proclamasse a Independência do Brasil. Seria despiciendo, um mero exercício de tautologia, recordarmos dos principais fatos que culminaram com o 7 de setembro de 1822. E nos ensina Capistrano de Abreu que o retorno imposto a Dom João, pelas Cortes portuguesas, em 1821, pode-se caracterizar como a “independência de Portugal” em relação ao Brasil.

Por último, na relembração de nossa completa Independência, não podemos deixar de anotar o 7 de abril de 1831, quando o sentimento de exacerbado nacionalismo fez com que Dom Pedro I, premido pelas forças vivas da Nação (o Exército Nacional à frente), abdicasse do Trono em nome de seu filho, o futuro Dom Pedro II, então com cinco anos de idade, e embarcasse para Portugal. É que Dom Pedro estava se tornando cada vez mais impopular ao povo brasileiro, máxime após 1826, quando faleceu Dom João VI, o qual, por testamento, deixara o Trono de Portugal para o Imperador do Brasil.

Dom Pedro se empolgou com a decisão paterna, e, como Dom Pedro IV, de Portugal, nomeou uma Regência para representá-lo em sua terra natal e concedeu uma Constituição à nação portuguesa. Tais atitudes muito abespinharam os brasileiros, o que fez com que Dom Pedro recuasse e abdicasse do trono português, em nome de sua filha mais velha, Dona Maria da Glória.

Mas os conflitos entre portugueses e brasileiros se agudizaram e se transformaram em conflitos de rua, no Rio de Janeiro. À volta de Dom Pedro I, de Minas Gerais, em março de 1831, ocasião em que o Soberano lá observou uma atmosfera de desconfiança quanto à sua pessoa, devida à frieza das recepções, os portugueses o receberam no Rio, provocativamente, com grandes festejos e manifestações de alegria, acendendo luminárias à sua passagem pelas ruas, o que resultou no conflito conhecido como “A Noite das Garrafadas” (na realidade, os graves distúrbios entre brasileiros e portugueses ocorreram nos dias 12, 13 e 14 de março de 1831).

Dom Pedro nomeou um ministério, em 5 de abril, composto quase que exclusivamente de senadores de sua inteira confiança, mas francamente antipopulares. O povo e as tropas sublevadas se insurgiram, exigindo a volta do ministério anterior ao de 5 de abril. O Imperador, não querendo ceder às exigências brasileiras, resolveu abdicar em 7 de abril, em favor de seu filho menor, Pedro de Alcântara, e embarcou para Portugal, deixando José Bonifácio, como tutor de seus filhos.

O forte sentimento de brasilidade, que imperou em 1831, deveria servir de “leit motiv” para as gerações posteriores!

Já nos prelecionava Coelho Neto, em seus “Mandamentos Cívicos”:

“Ama a terra em que nasceste e à qual reverterás na morte. O que por ela fizeres, por ti mesmo farás, que és terra e tua memória viverá na gratidão dos que te sucederem”.

Nada é mais importante para a grandeza de um País do que o Patriotismo, valor-maior que deveria ser por demais cultivado!

Filgueiras Lima, exponencial vate da Ilustração Cearense, indignava-se contra a carência de patriotismo, nessas estrofes de seu poema “Brasil dos meus Avós”:

“Brasil dos meus avós, acorda!
Vem trazer-nos o ardor que rugia e cantava
No peito de teus filhos de outras eras
De Caxias, Osorio, Sampaio e Tiradentes.
Dos heróis de Itororó e Tuiuti,
Que rolaram no pó, rubros de sangue,
Com o coração e o pensamento em ti!

Brasil dos meus avós,
Ressurge, dentro de nós, nesta hora extrema!
Inspira-nos um cântico marcial e romântico
Que seja como a nova Marselhesa
Da Pátria de Peri e de Iracema.

Faze que cada brasileiro, neste instante,
Lembre o velho cocar, o vetusto diadema
A tremular, medievalescamente,
Na frente heril dos teus guerreiros selvagens
Guerreiros mais humanos e sensíveis do que os homens maus do Velho Mundo
Que, irrompendo do céu ou do fundo do mar,
Matam mulheres, velhos, parálíticos,
Tão só pelo desejo infame de matar...

Brasil dos meus avós
Dá-nos aquela mesma galhardia
Dos teus veros heróis das matas virgens,

Que marcavam a hora dos recontros bélicos
À plena luz do dia
E cumpriam a palavra dada
Como coisa sagrada
Sem dissimulação nem covardia...

Brasil dos meus avós
Eu bem o sinto!
Estás dentro de nós, Brasil de meus avós!
Sincero, puro, másculo, viril
Tu que és o Brasil de hoje e de sempre,
O imortal Brasil!

O Brasil, nossa Pátria, com pouco mais de quinhentos anos de História, é um País singular, em especial por suas incomensuráveis potencialidades e população, esta preponderantemente generosa, alegre, acolhedora de povos das mais variadas origens.

Todos esses povos aqui se miscigenaram e formaram, nunca é demais repetir, uma raça cósmica, uma meta-raça, sem predominância de nenhuma delas, forjando o Homem Brasileiro, do qual devemos sempre e sempre nos orgulhar. A nossa gente é essa mistura de raças, religiões e costumes, sem qualquer distinção; é a heterogeneidade que, entretanto se torna una, coesa, monolítica, indivisível, nas ocasiões em que se ouve o Hino Nacional, ao se contemplar a Bandeira a drapejar nos mastros, ou quando das festividades desportivas, solenidades cívico-patrióticas, etc.

Em verdade, já dizia o poeta popular Djalma Andrade, em “Brasil Atrapalhado”:

A gente fala, protesta,
Nesta terra nada presta.
O povo é lerdo, indolente...
É a farra, ninguém trabalha,
A peste, a pátria amortalha
Sob o sol rude, inclemente...

A lei é mito, pilhéria...
Ninguém liga a coisa séria
Não há remédio, é da raça.
A vida se desbarata
O pinho, a cuíca, a mulata,
O amarelão, a cachaça...

A gente murmura, fala
Velhos defeitos propala
Em língua rude e vil
É a pior terra do mundo
Mas no fundo, no fundo,
Quanto amor pelo Brasil!

Tudo da boca prá fora!
Porque cá dentro ele mora
Cá dentro é que gente o sente
Meu Brasil atrapalhado,
Meu Brasil confuso e errado
Você vê que o povo mente.

Você vê que a gente grita
Mas vê também que é infinita
Esta paixão por você...
Se a Bandeira levanta,
Lá vem o nó na garganta,
E você sabe por quê...

Você sabe e não se importa
A nossa injúria suporta
E o nosso labéu também...
Deixe que xingue, que bata
A gente fere e maltrata,
Quase sempre, a quem quer bem.

Meu Brasil, aqui baixinho,
Ouça, sou todo carinho,
E a minha alma você vê...
Qualquer perigo que corra,
Se for preciso que eu morra,
Eu morrerei por você...

O Brasil é essa vastidão de dimensões continentais. É a “Nação do Sol”, e o “Império das Águas”, no dizer do escritor Dr. Rui Nogueira, onde vamos encontrar, em abundância, a trilogia para a existência da vida: ar, água e sol.

Assim, em se sabendo aproveitar esses elementos da natureza, teremos de sobra, como ninguém, a Energia, que tudo move no Universo! O exemplo maior é a nossa Amazônia. Ela agrega uma população mestiça com variados estoques de etnias indígenas, ainda muito pobre e desassistida. Ela possui, em sua biodiversidade, o maior e mais rico banco genético do planeta; detém o maior potencial de água potável do mundo, em seus grandes rios, todos navegáveis por navios de qualquer calado, formando um verdadeiro “Mare Nostrum brasileiro”!

As maiores jazidas de minérios raros, de terceira geração, ocorrem de forma abundante na imensa região, que ainda possui uma superlativa posição geoestratégica, por ser totalmente cortada pela linha do Equador, o que muito propicia e facilita o lançamento de artefatos aeroespaciais, como sondas, mísseis, foguetes, satélites e até naves espaciais, sendo o Centro de Lançamentos de Alcântara, no Maranhão (aliás, localizado na “Amazônia Legal Brasileira” e que deve permanecer, unicamente, sob jurisdição nossa), o melhor dentre todos os existentes.

Daí a imperiosa necessidade de nossa firme determinação em tudo fazer para a ocupação, defesa e guarda daquela cobiçada terra brasileira, cuja soberania nos cabe preservar, missão que as gloriosas Forças Armadas vêm cumprindo, com muito denodo e patriotismo, desde nossa proto-história.

“Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados de conquistá-la e mantê-la”,
nos ensinava o General Rodrigo Octávio Jordão Ramos.

A História do Brasil é prenhe de heróis nacionais que não trepidaram em sacrificar a própria vida ou verter o generoso sangue pela honra e soberania nacionais. Entre tantos e tantos, destacaremos apenas dois: Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes - Patrono Cívico da Nação brasileira e Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias - Patrono do Exército Brasileiro e “O Pacificador”, ambos instituídos “Heróis Nacionais”, cujos augustos nomes estão inscritos no “Livro de Aço” existente no Panteão da Pátria, em Brasília.

Na história-pátria é providencial o homem que pode orientá-la sem lhe sacrificar a moralidade, guiando-a com sabedoria, sem a iludir, sem a inquietar, sem a empobrecer. Providencial é o herói

sem injustiça, o legislador sem ambição, o chefe sem egoísmo, o político sem paixão, ou antes, impedido pela única paixão compatível com os deveres cívicos, que é a sagrada paixão do Bem-Comum. Assim, por certo, tornar-se-ia realidade o sonho de Gilberto Freyre:

“Eu ouço as vozes, eu vejo as cores.
Eu sinto os passos de outro Brasil que vem aí.
Mais tropical, mais fraternal, mais brasileiro.
O mapa desse Brasil, em vez das cores dos Estados,
Terá as cores das produções e dos trabalhos.

Os homens desse Brasil, em vez das cores das três raças,
Terão as cores das profissões e regiões.
As mulheres do Brasil, em vez das cores boreais,
Terão as cores variamente tropicais.
Todo brasileiro poderá dizer:
É assim que eu quero o Brasil!”

Que no permanente culto da bela e rica História Nacional e de seus heróis, estejamos sempre prontos a contribuir de maneira efetiva e especialmente patriótica, para o engrandecimento de nosso amado Brasil!

Destarte, exaltar o civismo, glorificando os que mais lidaram por encher os anais da Pátria de cintilações astrais é dever precípua de todo povo que aspira a se fazer merecedor da reverência e da admiração do mundo. Sim, pois quando um povo entra a esquecer, nos prazeres fugacíssimos da vida, dos vultos mais salientes, dos feitos marcantes de sua História, daqueles que mais se sublinharam pelo saber, pela santidade, pelo heroísmo ou pelo martírio, ninguém deve maravilhar-se de vê-lo, um dia, desagregado, desvirilizado, desacreditado e, ainda por maior desdita, escravizado pelos outros povos. É a lição triste da História, “a mestra da vida”, “a mestra das mestras”...

Mas é tempo de concluir.

Por derradeiro, gostaríamos de repetir as palavras dos centuriões romanos às suas tropas, antes das batalhas:

“Ad Sumus! Sursum Corda”! “Aqui estamos! Corações ao Alto”!

Sim, nesta hora solene de reverência à Pátria, Corações ao Alto por este fraternal cenáculo de nossa Academia de Letras e Artes do Planalto!

Corações ao Alto por nosso acendrado sentimento cívico!

Corações ao Alto por nosso estremecido Brasil!

E como dizia Olavo Bilac:

**“Ama, com fé e orgulho,
A Terra em que nasceste.
Criança,
Não verás nenhum País com este!”**

"Ex corde", o meu muito, muitíssimo obrigado!

Eu disse.

(*) Manoel Soriano Neto, Coronel de Infantaria e Estado-Maior do Exército Brasileiro.

#####

“ELITES” DESTRUTIVAS DESAGREGAM UMA NAÇÃO

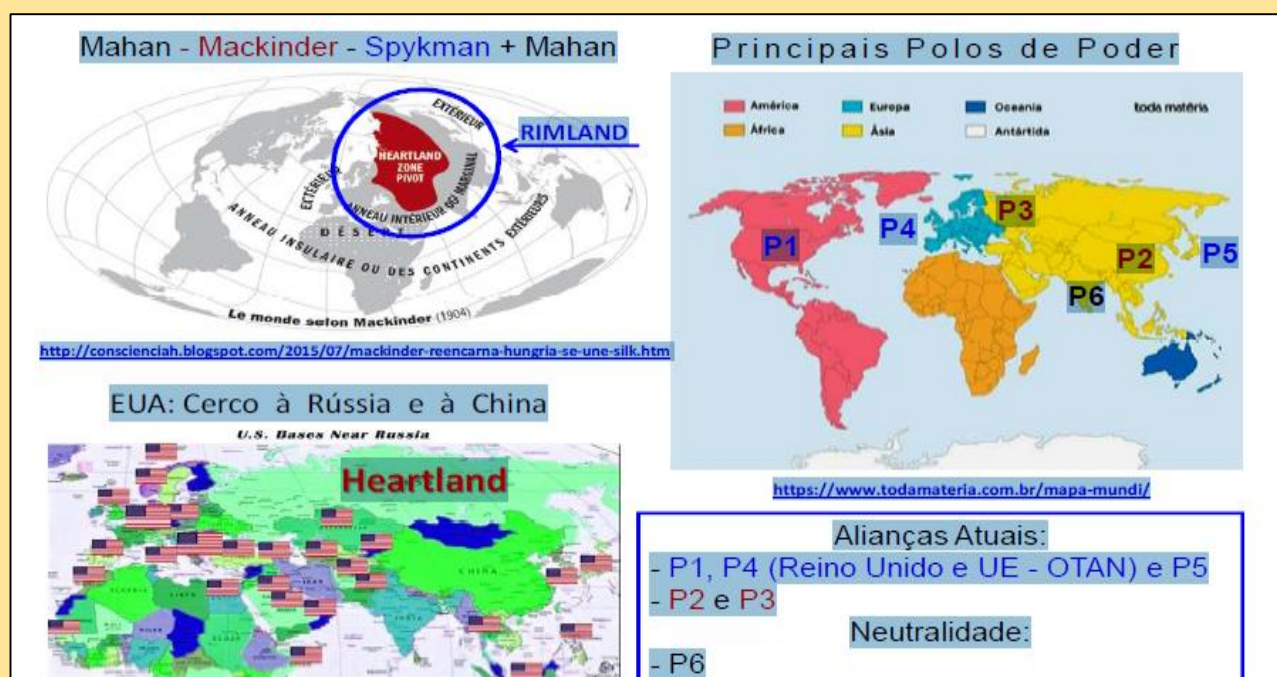
General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

Teorias Geopolíticas orientam a elaboração de políticas e estratégias nacionais, apresentando fatores considerados indutores e determinantes para consolidar um Estado-nação e garantir sua segurança, desenvolvimento, bem-estar e projeção pacífica ou belicosa.

O cenário global vem confirmando Teorias Geopolíticas Clássicas que apontam o vital no jogo do poder. Destacam-se:

- a da preeminência do ator com maior Poder Marítimo (Mahan - 1890);
- a do predomínio do ator com Poder Terrestre para dominar o Heartland ou Área Pivot (Mackinder - 1904);
- a da primazia de quem domine o Rimland (Spykman - 1942), anel geográfico que, controlado, isola e limita a Área Pivot; e
- as teorias dos Blocos, das Panregiões e dos Polos de Poder, hoje, com a tendência à multipolaridade seletiva e relativa, onde se destacam EUA e China como Polos predominantes e integradores de outros secundários.

ALGUMAS TEORIAS GEOPOLÍTICAS CLÁSSICAS



Ao Brasil, em especial, destaco a Teoria do Desafio-Resposta (Toynbee/1934). Indica as bases para a nação ser um polo soberano e influente na geopolítica do poder.

“O destino dos povos depende do valor das elites dirigentes e as nações que vencem desafios, óbices e fraquezas se consolidam e crescem. As que não os enfrentam se estagnam, regredem ou se dissolvem”.

Em minha opinião, o poder nacional depende, para o bem ou para o mal, da integração de recursos materiais e humanos, liderança cívica, estratégia efetiva e vontade.

Para a nação triunfar não bastam riquezas e povo trabalhador, patriota e criativo. É preciso vontade para enfrentar desafios, óbices e fraquezas, entre eles, a liderança do mal - patrimonialista, cleptocrata, ditatorial, sem visão - que domina o Estado para usurpar das riquezas, explorar o trabalho do povo, manipular a justiça e cercear a liberdade, tudo em benefício próprio.

Vontade que requer lideranças do bem - corajosas, patrióticas, honestas e restauradoras – em todas as Instituições Nacionais, impondo-se de forma legal e legítima para neutralizar a elite destrutiva e desagregadora e restituir o poder e a soberania ao povo, seu legal, legítimo e único senhor nas verdadeiras democracias.

Desafio ao qual o Brasil ainda não deu Resposta.

@@

UM VOTO DEMOLIDOR E UMA PESQUISA SINTOMÁTICA

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

Desde o seu início, foi muito questionada a validade e os fundamentos do processo sobre suposta tentativa de golpe de estado, que teria sido promovida pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro e membros de seu governo, incluindo conceituados chefes militares a quem conheci ou com quem servi, confio e são admirados e respeitados nas Forças Armadas.

O voto do Ministro Luiz Fux, confirmando opiniões de diversos juristas e cientistas políticos de renome, em minha opinião, demoliu as teses acusatórias apresentadas no julgamento, nas quais os demais julgadores buscaram respaldar suas condenações aos réus.

Um antigo ditado diz: “no final, tudo termina bem e se não está bem é porque ainda não terminou”.

Esse julgamento culmina um processo fortemente contagiado pela política, com antagonismo entre juízes e réus, daí ser criticado pelo prejuízo aos aspectos jurídicos, que deveriam ser decisivos para haver justiça no seu final. No futuro, a lei do retorno virá e muitos condenados, inclusive em virtude do 8 de janeiro, pedirão ressarcimento na justiça.

O ativismo político do Judiciário é admitido e aceito como declararam membros do STF. Uma postura crescente, alimentada pela midiaticização das sessões da Corte Suprema e a recorrente presença de alguns Ministros na imprensa.

Essa exposição pública, decisões consideradas, por muitas vozes, amenas contra criminosos e corruptos poderosos, mas draconianas contra réus primários, a divulgação pública do acúmulo de benefícios e das participações em eventos patrocinados por firmas com processos no STF (um exemplo: Folha de São Paulo, 06/06/2025) contribuem para a queda da credibilidade do Judiciário.

O ativismo político e a queda na confiança se refletiram para a visão do Judiciário como a maior ameaça à democracia, o que enfraquece o argumento do STF de que defende tal regime no processo em pauta, máxime após o voto do Ministro Fux. Ver a pesquisa adiante.

Consulta: “em sua opinião, quais são as principais ameaças à democracia no Brasil?”		
Atores apontados na Pesquisa	%	Observações
Judiciário	42,2	Nas três primeiras posições estão os Poderes do Estado. Isso é tão grave que precisa ser verificado noutra pesquisa. O Estado é a maior ameaça à democracia? Ele, cuja obrigação é garanti-la?
Governo	38,8	
Congresso	28,9	
Elite Econômica	25,0	
Oposição	24,4	
Crime Organizado	11,9	
Mídia	9,7	Embora o “%” seja baixo, o índice é quase o dobro do das FA.
Forças Armadas (FA)	5,1	Compare com as três maiores ameaças.
Potências Estrangeiras	3,4	
Movimentos Sociais	0,6	
Fonte: Gazeta do Povo, por Guilherme Grandi - 08/07/2025		
https://www.gazetadopovo.com.br/republica/brasil-crise-democratica-judiciario-governo-pesquisa/		

Pesquisa Atlas Intel-Bloomberg (junho de 2025). Para as respostas a uma das consultas (1ª Linha) constam na tabela acima:

- os atores apontados na pesquisa;
- o percentual com que ameaçam a democracia, segundo o universo consultado; e - minhas observações.

PEDAGÓGICA E CÍVICA

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

A esquerda socialista retomou sua nefasta campanha para o MEC ter ingerência no ensino militar e assumir sua gestão financeira e pedagógica (PL 5010/2024). Qual o conhecimento e a experiência dos profissionais em educação civil sobre pedagogias inerentes e necessárias à formação de combatentes para matar ou morrer exercendo a violência controlada desde os pequenos aos grandes escalões? A antiga sabedoria é clara: “leões não se criam entre pombas”.

Após a queda de Dilma Rousseff, a autocrítica petista considerou a não ingerência no ensino militar uma das causas do insucesso na tomada do poder. Se o PL for aprovado, PT e aliados infiltrar-se-ão nas FA para neutralizá-las, objetivo da estratégia gramscista para empalmar o poder. O sistema de ensino militar forma cidadãos militares e civis para exercerem a cidadania cívica, democrática e patriótica, um forte obstáculo à implantação daquela ideologia liberticida.

Seria falta de bom-senso, se não fosse proposital, transformar o ensino militar, subordinando-o a um sistema falido em organização, disciplina, efetividade e valores, cuja cabeça é exatamente o MEC. Um sistema onde campeiam as greves, a cola é tolerada e o professor - desprestigiado, ameaçado e agredido pelos alunos - não tem autoridade, por não ter respaldo no sistema MEC e em seus superiores e ou por não dar exemplos de conduta pessoal e profissional.

As escolas são imundas e pichadas e os equipamentos não têm manutenção, seja pela má gestão, seja pela indisciplina da infância e da juventude sem freios. Vândalos e marginais travestidos de estudantes invadem e depredam instalações, intimidam a docência e a direção escolar. Não há segurança física para alunos. Eles se ofendem e se agredem, às vezes até se matam, e são livremente assediados por drogados e traficantes. Outros violam a dignidade de calouros com trotes desmoralizantes, mas são perdoados após o tema sair da pauta.

Com tais credenciais pseudoestudantes, organizados em grupos ideológicos, conseguem impor condições de gestão escolar e exigem os campi universitários territórios livres para drogas, abusos e outros desvios de conduta.

Eu pergunto. É nessa matriz de desordem, incompetência e falta de civismo, ética e valores; e é nesse modelo de indisciplina, desrespeito aos DH e reconhecida ineficácia como sistema de ensino que pseudoautoridades em educação, na verdade agentes da estratégia gramscista para implantar o socialismo no País, pretendem transformar o ensino militar?

O PL 5010/2024 é uma proposta com objetivo ideológico radical, por isso nefasta e desprovida de avanços pedagógicos. Não convence quem tenha conhecimento e bom senso, pois submete um sistema de alto nível de excelência a outro conhecido pela mediocridade pedagógica, moral e cívica atestada nos pífios resultados medidos por institutos nacionais e estrangeiros.

Já o ensino militar, ainda imune às mazelas do segmento estudantil do MEC, é referência porque dignifica o cidadão e prepara lideranças patriotas, sadias de corpo, mente e espírito e conscientes de suas responsabilidades, capacidades, direitos e deveres na construção do Brasil.

Acordem FA! “Não há nada mais trágico nesse mundo do que saber o que é certo e não fazê-lo” (Martin Luther King - <https://www.pensador.com/frase/MjI2NzQw/>).

[illegible]

**Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM Veterano,
Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com);
Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br;
Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br;
Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE - Delegacia
Heróis de Guararapes: <http://historiapatriota.blogspot.com>**